JORNAL DO SINDIFISCO

RELATÓRIO 2018

1º SEMESTRE

DESTAQUES

REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA

Página 30

CARTA AOS FILIADOS

Página 35

ENTREVISTA PRESIDENTE SINDIFISCO

Página 36

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - MANTENHA SEUS DADOS SEMPRE ATUALIZADOS!

EDITORIAL

Assumir a presidência da entidade representativa dos fiscais da fazenda de Santa Catarina é, para mim, motivo de júbilo, orgulho e desassossego. Júbilo por saber que sou aceito pelos meus pares nessa tão importante e honrosa missão; orgulho por ser membro de uma categoria unida, coesa, que sabe o que deseja e aonde quer chegar, e que contribui para uma sociedade mais justa; e desassossego, pela imensa responsabilidade que a tarefa representa, ainda mais quando se está substituindo um colega da envergadura de Fabiano Dadam Nau.

Aliás, é a figura de Fabiano, que por mais de uma década nos representou com altivez e galhardia, minha inspiração para dar continuidade à missão de levar o Sindifisco/SC cada vez mais perto da sociedade, protagonizando os grandes debates tão necessários ao crescimento e desenvolvimento da nação.

A circunstância da licença de Fabiano da presidência da entidade, por sinal, nos leva a uma reflexão inexorável: qual a nossa responsabilidade, como integrantes de uma categoria chave para o desenvolvimento da sociedade dentro do contexto político-partidário brasileiro? Devemos ficar de braços cruzados "vendo a banda passar" ou ir à luta, ajudando a promover as transformações em que acreditamos? A segunda opção é a que certamente nos move: fazemos parte de uma destacada e relevante carreira, não podemos meramente assistir aos eventos sem tomar posição e agir.

Sigamos todos o louvável exemplo do nosso presidente Fabiano Dadam Nau, que deixou a zona de conforto e colocou seu nome à disposição da sociedade catarinense para ajudar a transformar nossa sociedade e fazer de Santa Catarina um lugar mais justo e ainda melhor para se viver.

Um grande abraço,

ACHILLES CÉSAR CASARIN B. SILVA
PRESIDENTE DO SINDIFISCO

SINDIFISCO
SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina – **SINDIFISCO** – Junho/2018
Avenida Trompowsky, 291 – Sala 1203 - CEP 88015-300 Florianópolis - SC | sindifisco@sindifisco.org.br

DIRETORIA 2018

PRESIDENTE
Achilles César C. Barroso Silva
VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto Sirydakis

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Irineu Giombelli
DIRETOR FINANCEIRO
Soli Carlos Schwalb
DIRETOR DE DIVULGAÇÃO
José antônio Farenzena

DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Asty Pereira Júnior
DIRETOR DE POLÍTICAS E AÇÕES SINDICAIS
Eduardo Antônio Lobo
DIRETOR DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Inácio Erdtmann

DIRETOR DE RELAÇÕES PARLAMENTARES E INSTITUCIONAIS
Thiago Rocha
DIRETOR DE PROJETOS ESPECIAIS E AÇÕES SOCIAIS
Rogério Macanhão

SUPLENTES:
Brani Besen, Ingon Luiz Rodrigues, José Zomer Sobrinho, Leandro Luiz Daros, Luiz Carlos Rihl de Azambuja, Ricardo Lonzetti, Rondinelli Borges de Macedo.

JANEIRO

OPINIÃO

MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Se o Estado de Santa Catarina preservasse os valores descontados ao longo do tempo dos servidores públicos, haveria saldo para todas as aposentadorias atuais e futuras. Mas, desde governos anteriores, a prática é usar esses recursos para cobrir despesas mais urgentes, deixando a preocupação com aposentadorias para as administrações seguintes.

Visando limitar as despesas futuras com aposentadorias, o governo atual, por meio da Lei Complementar 661/2015, definiu que novos servidores tenham a aposentadoria paga pelo Estado limitada ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Para uma aposentadoria maior, estes servidores poderão aderir ao plano de previdência complementar gerido pelo SCPREV.

Com o objetivo de permitir que os atuais servidores também tenham a opção de limitarem-se ao teto do RGPS, diminuindo assim as contribuições mensais para a previdência, representantes de importantes categorias do funcionalismo estadual elaboraram proposta que pode reduzir significativamente as despesas futuras com aposentadorias.

Elaborado pelo Sindifisco-SC e pelas associações do Ministério Público e da Magistratura Catarinense, o projeto de emenda à Lei Complementar 661, de 2015, permite que todos os servidores possam migrar para o regime de Previdência Complementar RPC-SC, sem perderem as contribuições já feitas anteriormente.

A proposta apresentada segue o estabelecido na Lei Federal 12.618/2012 e garante que, por um lado, não haja prejuízo ao servidor que deseje exercer a opção, e por outro, que nenhum servidor seja beneficiado por algo para o qual não contribuiu previamente. Ao incluir a proporcionalidade no cálculo da Parcela Específica Proporcional – PEP, a proposta trata todos os servidores de maneira igual.

O tratamento isonômico representa uma vantagem financeira aos cofres públicos. Na medida em que ocorrerem as migrações, o suposto déficit diminuirá significativamente. O Estado passará a se comprometer apenas com pagamentos até o teto do RGPS adicionados da PEP, que é calculado proporcionalmente até a data da migração.

Por Fabiano Dadam Nau

* Artigo Publicado no Jornal Diário Catarinense na Edição de 08/01/2018.

FEVEREIRO

AUDITOR FISCAL DO ESTADO ASSUME CARGO DE SECRETÁRIO DA FAZENDA

O então Presidente do Sindifisco, Fabiano Dadam Nau, e o Diretor Administrativo, Irineu Giombelli, reuniram-se no dia 28 de fevereiro com o Secretário de Estado da Fazenda Paulo Eli.

Com mais de 40 anos de experiência na administração pública e Auditor Fiscal do Estado desde 1984, Paulo assumiu a pasta no dia 20 de fevereiro, em substituição ao também Auditor Fiscal Renato Lacerda.

Na oportunidade foram debatidos assuntos de interesse da categoria, repassados aos filiados por ocasião do Giro pelo Estado.

MARÇO

CONSELHO DELIBERATIVO DA FENAFISCO SE REÚNE EM FLORIANÓPOLIS

No mês de março, o Sindifisco foi anfitrião da 187ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fenafisco, realizada em Florianópolis, no Hotel Majestic, durante os dias 21 e 22.

Reuniram-se, na capital catarinense, dirigentes do Fisco de todo o Brasil para o debate de assuntos de ordem sindical e administrativa.

Comprometida com o federalismo e projetos que promovam a justiça fiscal, a Federação apresentou, neste encontro, a campanha publicitária 'Reforma Tributária Solidária', que tem como objetivo informar e envolver a sociedade brasileira no debate sobre a necessidade de reformulação do Sistema Tributário Nacional, com foco no combate às desigualdades sociais, redistribuição de receitas e progressividade tributária.

Outro tema de destaque da reunião foi o Fórum Internacional Tributário e a VII Plenafisco, eventos que visaram trazer ao debate a experiência de professores e tributaristas com os modelos de tributação e fiscalização adotados em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Conselho Deliberativo da Fenafisco (CD) é a instância de direção colegiada da entidade nacional que se reúne para debater temas de interesse da categoria e de interesse do serviço público a nível nacional, a fim de que sejam definidas estratégias de mobilização da federação. Além da pauta específica, a reunião é um espaço de intercâmbio de experiências entre os Estados.

SEMINÁRIO RENÚNCIA FISCAL

Em parceria com a Fenafisco, evento realizado em Florianópolis reuniu auditores fiscais de todo Brasil.

No dia 23 de março o Sindifisco promoveu, em Florianópolis, na condição de parceiro da Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital –, o Seminário "Renúncia Fiscal".

Durante o evento, especialistas apresentaram tópicos relativos a efetividade econômica dos incentivos fiscais, efetuando o contraponto entre os benefícios gerados pelas renúncias e os pontos negativos para o equilíbrio financeiro dos Estados, avaliando o contexto das desonerações tributárias e seus impactos nas contas públicas.

Fabiano Dadam Nau, ex-presidente do Sindifisco realizou a abertura do evento, destacando a importância de sua realização: **"Este evento é uma produtiva troca de ideias, que trará resultados práticos e um novo olhar sobre o tema, que é tão importante, pois aborda as finanças públicas, que é o dinheiro da sociedade e merece ser muito bem estudado e aprofundado".**

O Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Paulo Eli, levou aos participantes a perspectiva de que é necessário rever a questão dos benefícios fiscais. **"Este seminário serve como uma reflexão, talvez para construir uma metodologia de realmente calcular o que é renúncia fiscal".**

O vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Adircélio de Moraes, realizou a palestra "A experiência do TCE na fiscalização das renúncias fiscais". Em sua fala, frisou que a participação do Tribunal de Contas, com foco nas contas públicas, é de ser um parceiro ativo no debate.

O Presidente da Fenafisco, Charles Alcantara, disse que o evento inaugura, por parte da entidade, um processo de estudo sobre o tema da Renúncia Fiscal. **"Uma questão que nos preocupa, a respeito desse assunto é até que ponto a renúncia é efetiva de receita e até onde ela seria uma expectativa que não se realizaria".**

"Este tema é muito refratário ao debate público, não está na esfera pública embora seja um tema de interesse público, pois o tributo é um bem indisponível. Ele não pertence aos governos, pertence à sociedade, à coletividade, e toda política pública que envolva o tributo ou mesmo a expectativa dele, tem que ser um debate público". – disse Charles.

O evento prosseguiu com a palestra do auditor fiscal Rafael Carlos Camera, vice-presidente do Sindifisco do Pará, que abordou o tema "Aspectos da renúncia fiscal no federalismo brasileiro" e de Fernando Gaiger, pesquisador do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, que falou sobre "Gastos e renúncias tributárias e panorama geral: internacional e particularidades do caso brasileiro".

Ao final das palestras, o Seminário apresentou um estudo de plano de ação, construído pelo grupo de trabalho sobre renúncia fiscal da Fenafisco e abriu debate sobre o tema aos demais participantes.

O vídeo do evento está disponível na íntegra no youtube, no canal da Fenafisco.

AUDIÊNCIA BUSCA SOLUÇÕES PARA ADUANA DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Santa Catarina é o 2º maior consumidor de grãos do Brasil, mas ocupa a 8ª posição em produção do insumo. Essa discrepância tem impactos diretos na produção. O porto seco de Dionísio Cerqueira tem capacidade para receber muito mais matéria-prima (milho) para o agronegócio, porém, dificuldades com falta de funcionários e morosidade na liberação de mercadorias têm impedido esse desenvolvimento.

Para tratar do tema e buscar uma solução definitiva para a aduana de Dionísio Cerqueira (administrada pela Receita Federal do Brasil), o então presidente do Sindifisco-SC, Fabiano Dadam Nau, foi convidado a participar, no mês de março, de uma audiência pública na Câmara de Vereadores do Município. A aduana é a única entrada formalizada dos países do Mercosul para Santa Catarina. **"Apesar de a gestão ser de competência federal, o funcionamento da aduana é um problema que afeta todo o Estado. Em função das dificuldades de ingresso de produtos pelo porto seco, muitas empresas do Oeste podem mudar suas plantas, como é o caso da Aurora, que já manifestou intenção de se transferir para o Mato Grosso para estar mais perto dos produtores"**, disse Fabiano.

O auditor fiscal se comprometeu a ajudar nos contatos necessários para a viabilização de uma aduana que funcione efetivamente. **"Não podemos conceber que a burocracia no serviço público atrapalhe o desenvolvimento de uma região. Parece que se cria dificuldades para fabricar facilidades. Estou no serviço público desde 2002, antes fui procurador do município em Blumenau, então eu conheço o serviço público por dentro e sei que muita coisa pode mudar para melhor. Mas mudanças só acontecem com união das partes organizadas"**, disse Dadam Nau.

A audiência contou com a participação de representantes de transportadores, despachantes e comerciantes da região.

SINDIFISCO PROTOCOLA OFÍCIO

Uma semana após a audiência pública, o Presidente do Sindifisco/SC, Fabiano Dadam Nau, protocolou, junto ao Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, ofício demonstrando preocupação da categoria dos auditores fiscais com a falta de estrutura da Aduana de Cargas Integrada (ACI) Porto Seco de Dionisio Cerqueira-SC/Bernardo de Irigoyen-ARG.

A garantia de suprimento de matéria-prima ao agronegócio situado no Oeste Catarinense depende diretamente da aduana em Dionísio Cerqueira e é afetada de forma extremamente negativa pela falta de ação estruturante e melhorias na ACI. Além do agronegócio, a questão vem causando deslocamento de importações para o RS e PR, prejudicando transportadores, despachantes aduaneiros, contabilistas, a economia da região e a arrecadação de tributos.

Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) estiveram reunidos entre os dias 23 a 25 de março para participar dos Jogos Fazendários 2018.

A iniciativa contou com a participação de nove entidades, mais a Secretaria da Fazenda, que estiveram envolvidos durante toda a organização.

Patrocinado pelos sindicatos e associações, os jogos foram realizados na Associação dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (AFFESC), em Florianópolis.

O evento foi um sucesso, e assim como ocorriam em tempos passados, reuniu muitos funcionários e ex-funcionários da Fazenda em atividades de lazer e integração. Uma oportunidade (que há muito tempo não acontecia) de celebrar encontros, rever os amigos e confraternizar.

A programação também marcou as comemorações dos 181 anos da SEF, celebrados no dia 21 de março.

Estiveram presentes mais de 300 participantes, entre servidores ativos, inativos e seus familiares.

O BOLETIM FINAL com os vencedores de cada modalidade pode ser conferido no site do Sindifisco.

HILFIGER

CALMA
CALMA

UTOPIA

Hard Rock

Santa Catarina
Florianópolis/SC
EDIÇÃO 2018

Jogos
FAZENDÁRIOS

Free

94
97
88
92
95
89
90
87
96
91
93

95
91
92
89

CORRIEA
96
87

87

95

91

SICOOB
93

93
GPA
90
87

93
87
88

QATAR
PORTUGA

ARTENGO

SICOOB

SICOOB

ALL
THE
WAY

3

FAZENDÁRIOS

jogos
FAZENDÁRIOS

jogos
FAZENDÁRIOS

Catarina
2018

Santa Catarina

Jogos
FAZENDÁRIOS

FAZENDÁRIOS
jogos
FAZENDÁRIOS

jogos
FAZENDÁRIOS

FAZENDÁRIOS

Jogos
ITALIA

Jogos

Jogos

Jogos

Jogos

Jogos
FAZENDÁRIOS

Jogos
FAZENDÁRIOS

FAZENDÁRIOS
Jogos
FAZENDÁRIOS

FAZENDÁRIOS
Jogos
FAZENDÁRIOS

ABRIL

SEMINÁRIO CIRA

Seminário Estadual do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos de SC reuniu profissionais da Secretaria de Estado da Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado e Ministério Público de Santa Catarina.

As estratégias para a recuperação de impostos sonegados ou mesmo dívidas de fraude fiscal estiveram entre os destaques do 1º Seminário Estadual do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos de Santa Catarina (CIRA/SC), que ocorreu entre os dias 5 e 6 de abril, em Florianópolis.

O Seminário, voltado aos profissionais da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), foi uma importante oportunidade para a troca de informações e experiências entre as instituições. O objetivo do grupo é atuar, de forma conjunta, na recuperação de dívidas de sonegação ou fraude fiscal. Em parceria, as três instituições vêm propondo medidas judiciais e administrativas, que podem resultar na responsabilização administrativa, civil e criminal de grandes devedores. O acordo regulamenta ainda a troca de informações para identificar e punir aqueles que praticam fraudes fiscais e crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens.

A abertura, contou com a participação do secretário Paulo Eli e do Diretor de Administração Tributária da SEF, Rogério Mello.

Participaram do 1º Seminário Estadual do CIRA/SC, auditores fiscais da SEF, promotores e procuradores do MPSC e da PGE, assistentes e assessores das instituições.

O Sindifisco foi apoiador e parceiro na realização do evento, que foi realizado no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

* Com informações SEF/SC - Foto SEF/SC

CURSO ORATÓRIA

O SINDIFISCO promoveu, nos dias 25 a 27 de abril, o Curso Prático de Oratória Nível I e II, com o objetivo de apresentar técnicas aos participantes para o aprimoramento do discurso e postura na comunicação com o público. Também foram abordados aspectos relacionados à media training (entrevistas, palestras) e técnicas de memorização.

O treinamento prático, ministrado pelo Professor Acácio Garcia, foi focado em metodologias para controle de voz, dicção, gestos e postura, ajudando os colegas fiscais a se comunicar sem medo.

GIRO PELO ESTADO

Reuniões do Giro pelo Estado reuniram auditores fiscais de todas Regionais do Estado para debater os projetos da categoria.

Durante os meses de março a abril, a Diretoria Executiva do Sindifisco se mobilizou para realizar reuniões com os colegas auditores fiscais em diversas cidades no interior do Estado.

As reuniões abrangeram todas as quinze Gerências Regionais da Secretaria de Estado da Fazenda, com expressiva participação de auditores filiados e não-filiados.

A ideia principal do "Giro pelo Estado" é a de atualizar os colegas sobre o andamento das últimas questões sindicais e judiciais, dos projetos da Reforma Tributária e Previdenciária, ouvir sugestões e ideias dos filiados acerca das atividades do sindicato e também de mobilizar a categoria para os novos desafios do Fisco.

O Giro pelo Estado acontece anualmente e faz parte do plano de ação do Sindifisco.

05/03
Rio do Sul e Porto União

06/03
Mafra e Jaraguá do Sul

07/03
Joinville

08/03
Itajaí

08/03
SAT

12/03
Chapecó e São Miguel do Oeste

13/03
Joaçaba

14/03
Lages e Curitibanos

15/03
Criciúma e Araranguá

26/03
DIAT, TAT e 1ª GEREG

26/03
DIAT, TAT e 1º GEREG

27/03
Tubarão

02/04
Blumenau

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

A Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2018 aprovou, por unanimidade, a prestação de contas relativa ao exercício de 2017 do Sindifisco.

O Presidente do Conselho Fiscal, Celso Pazinato, apresentou suas considerações referentes ao relatório de contas do ano de 2017, efetuando uma análise completa e avaliação detalhada das contas e demonstrativos da instituição.

O conselheiro recomendou a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2017, destacando a sustentabilidade das contas do sindicato e a gestão administrativa, financeira e patrimonial da entidade. Nesse mesmo sentido e na sequência dos trabalhos houve a apresentação dos dados pela contadora Raquel Souto, que também destacou a positiva evolução da gestão de contas da instituição.

Após as discussões foi aprovada por unanimidade a prestação de contas 2017 pelos participantes da assembleia.

MAIO

CURSO PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA

O Curso oferecido pelo Sindifisco é destinado aos filiados que planejam se aposentar de suas atividades na Secretaria de Estado da Fazenda nos próximos anos.

Ministrado pelas psicólogas Vera Roesler e Gabriela Burin, o curso, realizado durante os dias 09 a 11 de maio, abordou diversos aspectos relacionados ao planejamento pessoal, comportamental e profissional, preparando os colegas para que tenham boa qualidade de vida após o fim da carreira profissional.

A abertura contou com a participação do Vice-presidente, Achilles Silva, e do Presidente da AFFESC, Inácio Erdtmann, que gentilmente cedeu as instalações da sede social para realização da 4º edição do curso.

CONHEÇA A BIBLIOTECA DO SINDIFISCO

Estimular a leitura, a pesquisa voltada para a área tributária e incentivar a capacitação e aperfeiçoamento dos seus filiados. É com este objetivo que o Sindifisco abre as portas de sua biblioteca para os filiados da entidade

Com um acervo que conta com títulos de diversas áreas, a Biblioteca dispõe de um setor de empréstimo de livros. A retirada pode ser feita por qualquer filiado e o prazo de empréstimo é de 15 dias, podendo ser renovado por igual período.

Consulte nosso acervo através do site: http://www.sindifisco.org.br/biblioteca

SEMINÁRIO REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA

Iniciativa da Fenafisco e Anfip, evento apresentou o projeto de reorganização do modelo de tributação brasileiro, resultado do trabalho de mais 40 especialistas, acadêmicos e profissionais da área lançado em manifesto no Congresso Nacional.

No dia 23 de maio, no auditório do Sindifisco-SC, em Florianópolis, aconteceu o seminário "Reforma Tributária Solidária, Menos Desigualdade, Mais Brasil", uma iniciativa da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Anfip, e apoio do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de santa Catarina - Sindifisco.

O evento serviu como palco de debates sobre a proposta de remodelação do modelo tributário nacional. Para as entidades, o sistema tributário atual é injusto, regressivo e pune a população carente, ao tributar predominante o consumo. A proposta é colocar o cidadão no centro dessa estrutura, e fazer com que quem tenha renda maior pague mais, e quem tenha renda menor, pague menos.

O projeto da Reforma Tributária Solidária, foi divulgado em um manifesto apresentado no Congresso Nacional, no dia 25 de abril deste ano, e fez parte de um estudo que contou com a colaboração de mais de 40 especialistas, acadêmicos e profissionais da área, que colaboraram para construção de uma proposta que visa reorganizar o modelo de tributação brasileiro, combatendo a desigualdade social, fortalecendo o Fisco, estabelecendo uma melhor redistribuição de receita e buscando uma progressividade tributária.

Estiveram presentes no evento representantes dos fiscos Federal, Estadual e Municipal, que contribuíram para o debate trazendo ideias e pontos de vistas que se complementam.

Na direção dos debates estiveram Charles Alcantara, presidente da Fenafisco, e Fabiano Dadam Nau, então presidente do Sindifisco/SC.

Fabiano Dadam Nau destacou a importância do evento e da trajetória realizada pela Fenafisco, divulgando o trabalho a nível nacional. **"A Reforma Tributária é a primeira das reformas. Antes de se falar em reformar qualquer outro sistema jurídico no Brasil, nós temos sim que tratar da reforma tributária e reestruturação do nosso sistema tributário, porque o sistema atual é extremamente injusto, regressivo e punidor da população em função da sua tributação excessiva sobre o consumo".**

A primeira palestra, apresentada pelo professor e auditor fiscal de Santa Catarina Joacir Sevegnani, versou sobre o ponto de vista da Solidariedade Social, seu conceito, origem e evolução. Para Sevegnani, é preciso discutir os fundamentos teóricos e filosóficos, a forma de implementação de uma reforma tributária solidária, e, sobretudo, como será possível implementar progressividade na sua essência, para que tenhamos uma inversão do modelo tributário atual.

Após, foi apresentada a palestra do Presidente da Fenafisco, Charles Alcantara, que apresentou um relatório detalhado sobre a Proposta da Reforma Tributária Solidária. Para Charles, o sistema tributário brasileiro, sua composição e a maneira como ele é praticado no Brasil, evidencia uma flagrante falta de solidariedade entre os detentores de uma renda extrema em relação ao restante da população.

"O atual sistema tributário no Brasil aprofunda, agrava e perpetua a desigualdade e a concentração de renda. É possível e é necessário, através do sistema tributário, incidir essa concentração no sentido de diminuí-la, de modo que a renda no Brasil e a riqueza seja um pouco mais distribuída".

Com o auxílio dos sindicatos filiados à Fenafisco, o Seminário Reforma Tributária Solidária percorreu diversas capitais com o intuito de levar a discussão a nível nacional e posteriormente ser apresentado e discutido no 1º Fórum Internacional Tributário, realizado no mês de junho.

Conheça mais sobre o que é a Reforma Tributária Solidária. Acesse: http://reformatributariasolidaria.com.br/

“...eu destaco que reforma tributária é uma mudança, mas reforma tributária solidária seguramente será uma revolução, porque ela busca atingir a essência dos fundamentos da república federativa do Brasil: Construir uma sociedade livre, justa e solidária e erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais”.

CURSO FINANÇAS PESSOAIS E INVESTIMENTOS

Aconteceu nos dias 24 e 25 de maio a segunda edição do Curso Finanças Pessoais e Investimentos, organizado pelo Sindifisco em parceria com colegas da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina.

O primeiro dia do Curso contou com a palestra do Auditor Fiscal Márcio Souza de Andrade, que abordou os aspectos da relação com o dinheiro, administração pessoal e familiar de recursos financeiros, crédito e endividamento, orçamentos, consumo planejado e consciente.

No segundo dia o auditor fiscal Rondinelli Borges de Macedo fez uma abordagem voltada à área de investimentos, com uma análise comparativa de investimentos tributados e isentos, apresentação das diversas modalidades de investimentos existentes no mercado; construção de portfólio e abordagem avançada em relação ao Tesouro Direto.

O objetivo do curso, que foi aberto aos servidores da Secretaria da Fazenda, foi de aumentar a conscientização sobre a educação financeira, de como preparar um orçamento familiar a como se planejar para a aposentadoria.

SEMINÁRIO DEVEDOR CONTUMAZ

Secretaria da Fazenda de Santa Catarina realizou seminário voltado ao debate das práticas adotadas pelas Administrações Tributárias no cerco aos devedores contumazes.

Santa Catarina recebeu, no dia 24 de maio, promotores, procuradores e técnicos de Administração Tributária de todo país para o seminário "Devedor Contumaz: Experiências e Desafios". O evento, patrocinado pelo Sindifisco, aconteceu no Hotel Majestic, em Florianópolis, foi promovido pela Secretaria da Fazenda de Santa Catarina.

Durante o evento foram realizados debates entre representantes de todos os Estados, além de palestras. "É uma oportunidade que possibilita troca de experiências, informações, conhecimentos, normatizações e tecnologias com vistas à reflexão conjunta e aprofundada sobre o devedor contumaz", afirma o secretário da SEF/SC, Paulo Eli.

O evento teve como objetivo conhecer as práticas adotadas pelas Administrações Tributárias no cerco aos devedores contumazes, especialmente do ICMS.

* Com informações Governo de Santa Catarina

Fotos: MP/SC

FABIANO DADAM NAU DISPUTARÁ UMA VAGA NA ALESC

Na tarde do dia 29 de maio, o Diretor Administrativo do Sindifisco, Irineu Giombelli, recebeu das mãos do então Presidente da instituição, Fabiano Dadam Nau, a solicitação de afastamento do cargo de Presidente, efetuada em virtude da pré-candidatura ao cargo de Deputado Estadual de Santa Catarina.

Graduado em Direito na UFSC e Administração na Esag/UDESC e especialista em Direito Tributário pelo IBET, iniciou na vida pública como Procurador do Município de Blumenau concursado de set/98 a 01/2002, ano em que ingressou como Auditor Fiscal da Receita Estadual atuando na cidade de Blumenau. Em 22 de outubro de 2007 assumiu o cargo de Presidente do Sindifisco, ficando à frente das atividades da Diretoria Executiva da entidade por aproximadamente 11 anos.

Desempenhou suas funções com excelência, sempre visando aproximar o Sindifisco de todos os colegas de classe, promovendo, por exemplo, encontros periódicos denominados "Giro Pelo Estado", com o principal objetivo de ouvir as ideias, sugestões e expectativa dos filiados sobre as atividades desempenhadas pela entidade e debater as principais questões sindicais. Sua ideia sempre foi a de uma gestão participativa. Junto à diretoria, também estimulou os filiados a participarem de cursos de capacitação e aperfeiçoamento e seminários voltados à área tributária realizados pelo Sindifisco.

"Foi um período de muito aprendizado, crescimento pessoal e profissional. Sou eternamente grato a todos que confiaram em mim neste período e me deram a oportunidade de lhes representar" - diz Fabiano.

O Sindifisco será comandado pelo vice-presidente Achilles César Casarin Barroso Silva, auditor fiscal desde 1988, atuante na região de Chapecó, com formação em Administração de Empresas, Direito e Especialização em Gestão Fazendária. Confira a entrevista na página 36.

CARTA AOS FILIADOS
Nossa união nos manterá fortes!

O fortalecimento e o crescimento de qualquer entidade passam necessariamente pelo comprometimento e pela união de seus integrantes. E foi justamente isso que vivenciei nos mais de 10 anos em que estive à frente do Sindifisco/SC, posto que agora deixo para me dedicar a outro desafio, não menos nobre, o de buscar uma vaga para poder representar os auditores-fiscais e a sociedade na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Hoje, sem qualquer margem para dúvidas, somos uma categoria bem mais unida, coesa, que sabe o que deseja, para onde quer ir e que pensa coletivamente para atingir seus objetivos. União e espírito de coletividade constroem instituições fortes, e essas são um porto-seguro para superar os maus ventos e seguir adiante com robustez.

Mais do que defender os nossos interesses internos, neste período como presidente do Sindifisco/SC conseguimos, com a ajuda e engajamento de todos, colocar o sindicato em um novo patamar, consolidando um canal de diálogo produtivo com a sociedade civil organizada, com a imprensa e com órgãos como Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo.

Tudo em prol do nosso objetivo maior, qual seja, o de buscar os recursos financeiros para que o Estado catarinense preste um serviço público de qualidade ao cidadão. Sem recursos não conseguimos realizar programas sociais, não conseguimos repassar valores para os poderes, não conseguimos atender a nossa sociedade da maneira pela qual ela deve ser atendida. A atividade que nós, auditores fiscais da Receita Estadual, desenvolvemos é essencial à manutenção do Estado, todos sabemos bem disso.

No plano interno, alcançamos importantes conquistas, algumas bandeiras históricas da nossa categoria. Um exemplo é o acordo de resultados, o que incrementou a eficiência da estrutura e trouxe a oportunidade de participar dos ganhos decorrentes do aumento de arrecadação.

A nova sede do Sindifisco/SC, em Florianópolis, também deve ser elencada como um avanço importante, pois se trata da nossa "casa", um local adequado para realizarmos nossas atividades, encontros e reuniões.

Vivemos atualmente uma crise sobretudo ética, com a corrupção instalada em diversos níveis sociais e da administração pública, que leva à estagnação econômica e, via de consequência, ao descaso da população e dos gestores públicos em relação aos bens e recursos públicos. Isso precisa mudar!

O Estado bem estruturado e eficiente é a verdadeira saída para a crise que o país vivencia. E nós, auditores fiscais da Receita Estadual, temos um papel importante neste contexto.

Mesmo não estando na administração do Sindifisco/SC neste período, sigo acompanhando de perto todas as atividades, agora capitaneadas pelo colega Achilles Cesar Silva.

Gostaria de deixar aqui o meu abraço fraternal a todos os colegas e amigos que me ajudaram nessa caminhada de mais de uma década à frente do Sindifisco, experiência enriquecedora que me fez crescer como profissional e como pessoa.

Afasto-me da presidência de nossa entidade, porém não da

missão de prosseguir na luta pela construção de uma categoria cada vez mais forte e respeitada e de uma sociedade mais justa e igualitária. Contem comigo sempre! Nossa união nos manterá fortes.

Fabiano Dadam Nau

O BOM TRABALHO FISCAL É FEITO EM EQUIPE, DIZ NOVO PRESIDENTE DO SINDIFISCO-SC

Desde o início de junho, o auditor fiscal Achilles Cesar Casarin Barroso Silva, lotado em Chapecó, é o presidente em exercício do Sindifisco-SC – Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina, em função do afastamento do presidente Fabiano Dadam Nau, que se licenciou do cargo para disputar a eleição para deputado estadual. Na entrevista abaixo, Achilles, nascido em Londrina, no Paraná, há 52 anos, formado em Administração de Empresas e Direito, com especialização em Gestão Fazendária, e desde maio de 1988 no Fisco catarinense (antes, trabalhou no ramo se seguros e na Receita federal), fala sobre os rumos do sindicato e do trabalho desenvolvido pelos auditores fiscais na difícil tarefa de garantir arrecadação necessária ao Estado para garantir o bom funcionamento da máquina pública.

Depois de mais uma década do Sindifisco-SC sob a presidência do Fabiano Dadam Nau, quais os legados que ele deixa para o sindicato e qual será o norte a partir de agora com a gestão que se inicia?

Achilles Silva - O presidente licenciado, Fabiano Dadam Nau, nestes 10 anos que esteve à frente do Sindifisco, deixa um legado extraordinário de muitas conquistas para a classe. Estabeleceu um diálogo constante de mútua colaboração com a administração pública, propondo soluções para problemas enfrentados pelos gestores da Receita Estadual e, não podendo deixar de ser diferente, pleiteando e consolidando direitos e condições de trabalho para os auditores fiscais do Estado. Além disso, demonstrou à sociedade que o Sindifisco-SC vai além de uma entidade puramente classista, realizando eventos e propostas para temas do Estado e do Brasil, como Reforma da Previdência, Reforma Tributária, Transparência e Análise de Benefícios Fiscais, entre outros.

Sob a sua presidência, qual vai ser a marca de atuação do Sindifisco-SC?

Achilles - Participo da diretoria do Sindifisco-SC há seis anos e, até o pedido de licença do Fabiano, eu era o vice-presidente da instituição. Atualmente, na condição de presidente em exercício, acredito que a condução do Sindifisco-SC deva continuar seguindo a mesma filosofia, a de primar pela conduta ética, pela transparência, pelo zelo absoluto em relação ao patrimônio da entidade e pela atuação pautada nas decisões colegiadas. Importante mencionar que decisões do Sindifisco-SC são tomadas em reuniões colegiadas, nas quais há participação e oportunidade de manifestação a todos os diretores, sendo a decisão final tomada pela maioria. As pautas mais estratégicas são submetidas à consulta do Conselho de Representantes.

Desde 2010 que não é realizado concurso para novos auditores fiscais na Fazenda de Santa Catarina. Hoje, os profissionais em atividade precisam se desdobrar para manter a arrecadação em um nível capaz de suprir as demandas do Estado. Qual é o déficit atual no número de auditores e de que forma o sindicato está atuando para solicitar junto ao governo estadual a abertura de um novo concurso?

Achilles - De acordo com o Art. 73 da Lei Complementar nº 534 de 2011, o quadro lotacional prevê 500 vagas para auditor fiscal da Receita Estadual, distribuídos entre as 15 gerências regionais. Atualmente, há cerca de 360 auditores em atividade, portanto a quantidade de vagas efetivas a serem preenchidas é de aproximadamente 140 (cento e quarenta). Importante ressaltar que, dentre os auditores ativos, aproximadamente 100 (cem) já podem requerer aposentadoria, o que destaca a gravidade da situação, visto que o último concurso foi realizado em 2010, e que a formação de um novo profissional requer de dois a três anos após o início das suas atividades no Fisco. Nesta etapa, a disseminação dos conhecimentos acumulados por auditores com maior tempo de serviço e experiência é imprescindível no treinamento dos novos colegas. Com a falta de concurso e a aposentadoria de excelentes profissionais, muitos deles com mais de três décadas de atuação e experiência no Fisco, o conhecimento acumulado está se esvaindo e não está sendo compartilhado com aqueles que deveriam ingressar para dar prosseguimento aos trabalhos, o que traz grandes prejuízos à instituição e à sociedade, visto que a atividade do auditor (de fiscalizar e arrecadar tributos) é o pilar de sustentação do Estado moderno. Espero que o governo estadual compreenda que o investimento no ingresso de novos Auditores Fiscais proporciona altíssimo retorno financeiro ao Estado e à sociedade. Preocupa-me, e muito, assistir à falta de renovação do quadro com o ingresso de novos profissionais e ao consequente padecimento da administração tributária, pois isso com certeza pode comprometer a excelente performance que o erário estadual teve nos últimos 15 anos, muito acima da média nacional. O Sindifisco-SC vem, desde o último concurso, alertando a Secretaria de Estado da Fazenda sobre a gravidade da situação. Há um processo administrativo em andamento desde 26/06/2018, na qual o Secretario de Estado da Fazenda, Paulo Eli, solicita autorização para o concurso e pede informações à Secretaria de Estado da Administração e ao Grupo Gestor do Governo (GGG). Ainda é uma etapa prévia, de estudos preliminares sobre a possibilidade e a viabilidade de realização do certame, porém estamos confiantes em avanços positivos, acreditamos muito na capacidade técnica exemplar e no discernimento do nosso atual Secretário, colega de carreira com mais de 40 anos de experiência na área pública.

Qual é o segredo para que um servidor que ingresse na carreira se torne um bom auditor fiscal?

Achilles - Além do conhecimento técnico diversificado em tecnologia, legislação tributária, direito, contabilidade, entre outros, também é necessário ter a habilidade de lidar com pessoas. Em regra, um bom trabalho fiscal não é feito sozinho, é feito em equipe. Então precisa haver essa habilidade de saber trabalhar em equipe, para interagir com os demais colegas, motivá-los, passar conhecimento e, também, ter disposição para aprender com os outros auditores. Precisa haver essa simbiose de conhecimento entre a equipe para se ter uma boa auditoria.

O que diferencia o Fisco catarinense do trabalho realizado nos demais estados?

Achilles - Com todo respeito aos colegas dos outros estados, nós tivemos algumas iniciativas que deram muito resultado para Santa Catarina. Iniciativas que nasceram do corpo funcional, não partiram da administração, como, por exemplo, a criação dos Grupos Especialistas Setoriais (GES), que acabaram trazendo um resultado de arrecadação muito significativo. Isso trouxe a especialidade do conhecimento que possibilitou conversar com os setores produtivos, compreender a atividade deles, saber ouvi-los, interagir com esses setores e, também, dar respostas rápidas aos seus pedidos e, também, ao gestor da Administração Tributária, na hora de se adotar essa ou aquela política de arrecadação para determinado setor. Por exemplo, o setor de combustíveis e lubrificantes, que corresponde atualmente a 22% da arrecadação total de ICMS, é um setor de tributação bastante complexa. Somente o conhecimento especializado é que possibilitou a fiscalização de grandes distribuidoras. Isso também permitiu que se oferecesse ao secretário da Fazenda e ao governador possibilidades de decisões que incrementaram a arrecadação. O conhecimento especializado foi um dos grandes diferenciais do Fisco catarinense em relação aos outros estados. Inquestionavelmente, isso trouxe resultados significativos ao erário.

Como o sindicato vê a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado e o efetivo retorno que esses benefícios trazem à sociedade catarinense?

Achilles - Em relação à questão dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado, recentemente realizamos um seminário sobre este assunto. Nós, do Sindifisco-SC, entendemos que se trata de uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico e social, contanto que estritamente dentro dos critérios legais vi-

gentes, com fiscalização rigorosa das contrapartidas exigidas, com total transparência, tal qual ocorre em relação aos gastos públicos, pois benefício fiscal não deixa de ser um gasto público. Defendemos ainda que seja pautado por critérios de absoluta impessoalidade, tenha sua avaliação financeira avaliada, divulgada e periodicamente revisada sob o ponto de vista de necessidade e do impacto desta renúncia como instrumento de desenvolvimento social e econômico. A dinamicidade do cenário econômico brasileiro faz com que muitos benefícios fiscais estejam exauridos por não existirem mais os motivos que à época da sua concessão motivaram a sua existência. Temos que incentivar a manutenção dos bons benefícios e trabalhar arduamente para extinguir os que já cumpriram a sua finalidade.

Em época de crise, qual é a receita para manter a arrecadação do Estado sempre crescente?

Achilles - Em épocas de crise, a receita para mantermos nível de arrecadação é com vigilância total no monitoramento de contribuintes, atenção à legislação vigente, se está adequada para evitar elisões e evasões fiscais, investir na máquina de Fiscalização, adequando ferramentas tecnológicas e investimento em pessoal. Abstraindo a grave questão de falta de pessoal já exposta anteriormente, a existência de conhecimento e atuação especializada realizada no Fisco catarinense, com a criação dos Grupos de Especialistas, possibilita uma resposta rápida e eficiente nos principais grupos de atividades econômicas, seja através de monitoramentos de atividades, seja em detectar imediatamente movimentos de evasão ou elisão fiscal, coibindo-os de forma rápida e propondo soluções ao Gestor do Erário de forma imediata. Nunca é demais exaltar que o Estado de Santa Catarina foi um dos três estados brasileiros (dentre os 26 estados e o Distrito Federal) que não efetuaram qualquer majoração de carga tributária nos longos três anos do auge da crise financeira vivida pelo país. Ao mesmo tempo em que não aumentou a carga tributária, a nossa eficiência na fiscalização e na administração tributária possibilitou termos uma das melhores performances de receita dentre os estados da Federação e a União. Tal fato corrobora e fortalece nossa resiliência de exigir permanentes investimentos na administração tributária, pois o retorno do recurso investido é muito superior ao custo.

Com relação à PEC-186 e a Lei Orgânica da Administração Tributária de Santa Catarina, projetos que estabelecem a autonomia do fisco em âmbito nacional e estadual, respectivamente, como vai prosseguir a atuação do Sindifisco-SC?

Achilles - O Sindifisco-SC já tem o projeto do LOAT pronto. Temos que sensibilizar o gestor, no caso o governo do Estado, de que ele é importante para a melhoria da arrecadação, para a estruturação da classe, para a autonomia funcional e que isso certamente terá resultados na receita. O mesmo se dá com relação à PEC-186, que está tramitando há mais de 10 anos no Congresso. Assim como as outras carreiras de Estado, como o Ministério Público e o Judiciário têm a sua lei orgânica, é nossa aspiração também para o fortalecimento das prerrogativas da função. Como os projeto já estão idealizados, só precisa da aprovação e da sanção dos governos, tanto em nível federal quanto estadual. Como aqui em Santa Catarina, tivemos no último ano três secretários da Fazenda, não houve tempo para que o projeto fosse encaminhado a contento. Acredito que no próximo governo que assumirá no ano que vem o diálogo vai ser retomado em melhores condições.

O Sindifisco-SC está atuando forte junto com a Fenafisco na questão da Reforma Tributária Solidária. Qual vai ser o trabalho desenvolvido no Estado no sentido de conscientizar os candidatos sobre a necessidade dessa reforma?

Achilles - Realizamos recentemente um excelente seminário sobre a Reforma Tributária Solidária em nossa sede aqui em Florianópolis, sendo na ocasião exposto e demonstrado que a Reforma Tributária é um dos grandes temas nacionais que são prioridade para fazermos a tão sonhada transformação do país, numa nação mais justa e mais equilibrada socialmente, além de ser um instrumento de crescimento econômico. Participamos do Fórum Internacional Tributário nos dias 4 a 6 de junho em São Paulo, para conhecer o sistema tributário e a experiência de acadêmicos e tributaristas de 14 países do mundo, possibilitando compararmo-nos com nações desenvolvidas ou em desenvolvimento. Os países detentores dos melhores índices de qualidade de vida têm impostos altos, estruturados para incidir com maior ênfase em renda (tanto sobre pessoa física quanto sobre rendas de capital), patrimônio, doações e heranças, ou seja, um sistema tributário de alta progressividade e baixa regressividade, com menor tributação sobre consumo e produção industrial. Este formato tributário acarreta melhor distribuição da renda per capita, possibilitando ao cidadão de menor renda mais possibilidade de acesso a bens de consumo, o que, por sua vez, incentiva a produção industrial e o bom andamento da economia. Destacaria ainda que nestes países de alta carga tributária a população incentiva e apoia o pagamento de altos tributos, em função do excelente retorno que tem, na forma de boa qualidade de gastos públicos. No Estado, o Sindifisco-SC pretende divulgar a nossa proposta, as nossas ideias de um novo formato da matriz tributária, tentando convencer a sociedade civil, as forças produtivas que se trata de uma ideia importante e fundamental para melhorarmos o Brasil.

JUNHO

COMUNICADO AÇÃO COLETIVA LICENÇA PRÊMIO

O SINDIFISCO comunica a todos os filiados que proporá uma AÇÃO JUDICIAL COLETIVA contra o ESTADO DE SANTA CATARINA com o objetivo de ver reconhecido o direito dos filiados aposentados a partir de julho de 2013 à percepção de indenização pelos períodos de Licença-Prêmio conquistados e não usufruídos antes da passagem para a inatividade. A ação será proposta pela Sociedade de Advogados ROCHA & ROCHA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

O SINDIFISCO, de posse da relação dos filiados aposentados a partir de julho de 2013, buscará junto à Secretaria de Estado da Fazenda os dados necessários daqueles que têm direito à referida indenização (Atos de Aposentadoria e Relatório relativo às Licenças Prêmio conquistadas e não usufruídas).

Os Auditores que tiverem direito à indenização serão contatados para assinarem uma Autorização para o SINDIFISCO representá-los na ação.

Aviso Importante: os Auditores Fiscais da Receita Estadual aposentados a partir de julho de 2013 que não são filiados ao Sindifisco poderão fazer parte da ação, contanto que se filiem ao nosso sindicato até 30 agosto de 2018.

PROFISCO II

Sindifisco acompanha tramitação do projeto do "PROFISCO" na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Durante os meses de maio e junho, diretores do Sindifisco e representantes da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina estiveram, em diversas oportunidades, na Assembleia Legislativa do Estado e trabalharam ativamente na tramitação da segunda etapa do projeto de modernização de estruturas da administração estadual (SEFAZ, PGE, SEA), denominado PROFISCO (Programa de Modernização do Fisco). O projeto prevê a liberação de recursos na ordem de 50 milhões de dólares, destinados a promover melhorias na gestão fiscal do Estado, aumentando o combate à sonegação e colaborando para o crescimento da arrecadação.

Durante as visitas, a equipe elucidou questionamentos técnicos de vários deputados, discorrendo acerca dos excelentes resultados alcançados após a primeira versão do programa e esclarecendo a importância do investimento de recursos do PROFISCO nas estruturas de Estado, em especial na área mais importante, a responsável pela obtenção de recursos financeiros, que é a Administração Tributária.

A matéria foi à votação em plenário no dia 26 de junho e foi aprovada por unanimidade - 30 (trinta) votos favoráveis. O PL 92/2018 ainda passará por ajustes em sua redação final antes de ser encaminhado para sanção do Governador, Eduardo Pinho Moreira.

O Sindifisco destaca e agradece o empenho do Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, do Secretário de Estado da Administração, Milton Martini, e do Gerente de Sistemas e Informações Tributárias, Omar Roberto Afif Alemsan, colegas auditores fiscais e filiados a nossa entidade.

FÓRUM INTERNACIONAL TRIBUTÁRIO

Evento reuniu auditores fiscais de todo o país, além de estudantes, professores e especialistas em tributação de 14 países.

Foto: Fenafisco

Realizado entre os dias 4 a 6 de junho, na cidade de São Paulo, o Fórum Internacional Tributário reuniu auditores fiscais de todo o país, além de estudantes, professores e especialistas em tributação de 14 países, todos interessados em um amplo debate sobre os sistemas tributários adotados por diferentes nações.

O evento, de iniciativa da Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, e da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal –, é uma das programações do Movimento "Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil", e aconteceu em paralelo com as Sessões da VII Plenária Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Plenafisco) e do VII Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco Extraordinário).

Estiveram presentes no evento o Presidente em exercício do Sindifisco, Achilles Barroso Silva, os diretores Asty Pereira Júnior, Brani Besen, Eduardo Lobo, José Antônio Farenzena, Luiz Carlos Rhil de Azambuja, Soli Carlos Schwalb, além dos auditores fiscais Maria Aparecida Mendes, Paulo Sergio Carrano e Olândio Hornburg.

Durante o evento, foi realizado o lançamento do livro Reforma Tributária Solidária livro que contou com análise de mais de 40 especialistas, entre eles, Asty Pereira Júnior, auditor fiscal da receita estadual de Santa Catarina, autor, junto a outros colegas do fisco do Brasil, do artigo "Retomada da tributação sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação".

A edição digital está também disponível para download no site do Sindifisco, na aba Serviços > Biblioteca. Confira!

Foto: Fenafisco

SCPREV AÇÃO JUDICIAL

Sindifisco ingressará com ação judicial contra dispositivo da lei que Instituiu o Regime de Previdência Complementar (SCPrev).

ENTENDA O CASO

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (SCPrev) é a entidade que administra o regime de previdência complementar fechado dos servidores públicos efetivos estaduais e militares. A Constituição Federal (§§ 14 e 16 do artigo 40 alterado pela emenda constitucional 20/1998 e § 15 do artigo 40 alterado pela emenda constitucional 41/2003) autoriza os Entes Federados (União, estados, municípios e Distrito Federal) a limitar as aposentadorias pagas pelos seus regimes próprios ao teto do INSS (regime geral de previdência social - RGPS), desde que criem uma previdência complementar.

É o que Santa Catarina fez ao aprovar a LC 661, de 03 de dezembro de 2015, publicar o Decreto 553/2015 e posteriormente aprovar, em 30/09/2016, o regulamento do plano de benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Após o início de funcionamento da SCPrev, o benefício a ser pago pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos novos Servidores do Estado de Santa Catarina, administrado pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev/SC), está limitado ao teto do RGPS.

SERVIDORES EMPOSSADOS APÓS A CRIAÇÃO DA SCPREV

Os servidores que ingressaram no Estado a partir do funcionamento da SCPrev (30/09/2016) contribuem com 14% para o Iprev (RPPS) até o teto do RGPS, atualmente em R$ 5.702,78, e têm a opção de contribuir para a SCPrev sobre a remuneração que exceder a esse teto, com alíquota variando de 6 a 8% e contrapartida igualitária de contribuição ao fundo da previdência complementar efetuado pelo Estado.

Exemplo: um servidor que percebe remuneração de R$ 10.000,00 e aderiu ao SCPrev com alíquota de 8% contribuirá com 14% até o valor do teto do RGPS (14% de R$ 5.702,78 = R$ 798,39) ao Iprev e, sobre o valor da diferença (R$ 10.000,00 – R$ 5.702,78 = R$ 4.297,22), o Estado e o próprio servidor contribuem cada um com o recolhimento de 8% (8% de R$ 4.297,22 = R$ 343,78) para a SCPrev.

Importante esclarecer que a adesão ao SCPrev é facultativa, então os servidores que ingressaram após 30/09/2016 contribuem ao IPrev até o teto do RGPS e, caso optem por não aderir ao SCPrev, a contribuição será apenas a obrigatória ao IPREV, que está limitada a R$ 798,39 mensais (14% de R$ 5.702,78).

SERVIDORES EMPOSSADOS ANTES DA CRIAÇÃO DA SCPREV

Os servidores empossados até 30/09/2016 (data de aprovação do regulamento do plano de benefícios na Previc) poderão continuar no modelo atual (contribuição sobre a totalidade de sua remuneração ao IPrev) ou poderão aderir ao SCPrev no prazo de 3 anos, conforme previsão do artigo 3º, II da Lei Complementar nº 661, de 2 de dezembro de 2015:

> **LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015**
> [...]
> Art. 3º Os servidores públicos titulares de cargo efetivo e os militares do Estado de Santa Catarina, de suas autarquias e fundações, incluídos os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, que tenham ingressado no serviço público estadual antes da data de funcionamento do RPC-SC poderão, nos termos do § 16 do art. 40 da Constituição da República, filiar-se ao RPC-SC, por meio de adesão ao plano de benefícios:
> [...];
> II – no prazo de 3 (três) anos, contado da data de funcionamento do RPC-SC, com direito à contrapartida do patrocinador, sendo-lhes vedada a obtenção de benefícios previdenciários no RPPS/SC em valor superior ao limite máximo fixado para os benefícios do RGPS. (Redação dada pela LC 697, de 2017).
> § 1º A opção de que trata o inciso II do caput deste artigo, uma vez exercida, é irrevogável e irretratável, não sendo devida pelos Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina qualquer restituição decorrente de eventual valor de contribuição previdenciária que tenha incidido sobre a parcela de remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, no período anterior à filiação ao RPC-SC. (Grifos Postos).

O § 1º, do inc. II, do artigo 3º, dispõe que não haverá "qualquer restituição decorrente de eventual valor de contribuição previdenciária que tenha incidido sobre a parcela de remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS", ou seja, grave prejuízo ao servidor ingressado no Estado antes de 30/09/2016 e que opte pela adesão ao SCPREV, visto que o Estado, de forma injustificada, não restituirá e tampouco compensará futuramente os valores de contribuição acima do teto do RGPS recolhidos pelo servidor.

Tomemos como exemplo um caso hipotético de adesão de servidora ingressada no Estado há 10 anos (120 meses) com remuneração de R$ 10.000,00 (supondo que a remuneração e o teto do RGPS sejam constantes em todo o período, para simplificar o cálculo): durante os 120 meses, a servidora contribuiu com R$ 1.400,00 por mês ao IPrev (14% de R$ 10.000,00 = R$ 1.400,00). Após a adesão ao SCPrev, a aposentadoria será limitada ao teto do RGPS (R$ 5.702,78), ou seja, a servidora contribuiu sobre R$ 10.000,00 e aproveitaria apenas até o valor de R$ 5.702,78. Das contribuições mensais de R$ 1.400,00, aproveitaria somente R$ 798,39 (14% de 5.702,78 = 798,39).

Isto é, o Estado estaria enriquecendo ilicitamente à custa do servidor no valor de R$ 601,61 mensais. Nesse exemplo hipotético, o servidor arcaria com um prejuízo de R$ 72.193,20 (120 meses x R$ 601,61 = 72.193,20).

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA UNIÃO - FUNPRESP

A União, após a publicação da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012 e da aprovação do Plano Executivo Federal pela Previc, em 04/02/2013, deu início ao funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp), e o benefício a ser pago pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União de todos os poderes ficou limitado ao teto do RGPS.

No entanto, em respeito os princípios constitucionais, especialmente ao da vedação ao enriquecimento sem causa do Estado, a União criou um "diferimento" para que o servidor ingressado até 04/02/2013 que concretize a adesão ao Funpresp receba os valores anteriormente contribuídos que extrapolaram o limite do teto do Regime Geral.

Retomando o exemplo do servidor catarinense, que teria R$ 72.193,20 subtraídos pelo Estado se optasse pela SCPrev: na União, esse valor seria devolvido ao servidor federal que optasse pela Funpresp por meio de um "diferimento", chamado pela lei de "benefício especial", nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 3º da Lei 12.618/12:

> **LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012.**
> [...];
> Art. 3o .....:
> [...];
> § 2o O benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo a que se refere o caput deste artigo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, multiplicada pelo fator de conversão.
> § 3o O fator de conversão de que trata o § 2o deste artigo, cujo resultado é limitado ao máximo de 1 (um), será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:
> FC = Tc/Tt
> Onde:
> FC = fator de conversão;
> Tc = quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data da opção;
> Tt = 455, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se homem, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 40 da Constituição Federal;
> Tt = 390, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se mulher, ou professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se homem;
> Tt = 325, quando servidor titular de cargo efetivo da União de professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se mulher.

Apesar da nomenclatura de "benefício especial", não estamos tratando de benefício, e sim de direito líquido e certo do servidor. Fica evidente se novamente nos reportarmos ao exemplo anterior: houve recolhimento sobre R$ R$ 10.000,00 durante todo o período e o Estado só disponibilizará ao servidor R$ 5.702,78, ou seja, a diferença (R$ 4.297,22) se incorporaria ao patrimônio do Estado, enriquecendo-o ilicitamente.

TENTATIVAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA

Desde a promulgação da LC 661, de 03 de dezembro de 2015, o Sindifisco/SC trabalha para convencer os Poderes Executivo e Legislativo que o § 1º do artigo 3º da mencionada lei fere diversos princípios e direitos fundamentais para os servidores anteriores a 30/09/2016 que tenham a intenção de aderir ao SCPrev.

Foram realizadas diversas audiências com secretários de Estado e parlamentares, sendo inclusive, em dezembro de 2017, apresentada uma emenda legislativa a projeto de lei destinada a corrigir a distorção e criar a Parcela Específica Proporcional – PEP, semelhante à parcela constante no Funpresp. No entanto, por orientação da Casa Civil, sob argumento de possível prejuízo às finanças estaduais, a emenda foi rejeitada.

AÇÃO JUDICIAL

Diante dessa situação, em busca dos direitos de seus filiados, o Sindifisco/SC ingressará com ação judicial pleiteando (i) a ilegalidade e/ou inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da LC 661/2015; (ii) que o Estado de SC restitua ou compense no momento da aposentadoria ao servidor que optar pela adesão à SCPrev o valor contribuído (com atualização monetária) para o Iprev acima do RGPS desde o ingresso no Estado, analogamente ao que ocorre no modelo federal; (iii) que o início da contagem do prazo de 03 anos para o servidor aderir à SCPrev seja contada após o trânsito em julgado da futura ação judicial e não a partir de 30/09/2016.

PL 6726/2016 TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA

Projeto define quais pagamentos serão submetidos ao teto do funcionalismo.

O PL que regulamenta a aplicação de verbas indenizatórias extra teto, retornou à pauta prioritária do governo devido ao pedido de vistas de um grupo de deputados.

A PL 6726/2016 redefine o que deve e o que não deve ser submetido ao teto remuneratório imposto pela Constituição para todo o funcionalismo público. De acordo com o texto constitucional, o limite remuneratório na administração pública é o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), mas, como alguns rendimentos não são submetidos às regras do teto, há casos de servidores que recebem, por mês, salários acima deste valor.

Para dar efetividade ao limite previsto na Constituição, o projeto determina, por exemplo, que se aplique o teto ao somatório de todas as verbas recebidas por uma mesma pessoa, incluindo rendimentos de mais de um cargo, emprego, aposentadoria, pensão ou qualquer combinação possível entre essas espécies de receitas, mesmo quando originados de fontes pagadoras distintas.

O texto também abre a possibilidade de estados e do Distrito Federal fixarem, em suas constituições e leis orgânicas, um subteto único. O subteto, pelo texto, deve ser correspondente ao subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça - que corresponde a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo - e será aplicado também ao governador do estado.

O Presidente do Sindifisco Achilles César Casarin B. Silva esteve em Brasília durante os dias 18 a 20 de junho para, em conjunto com dirigentes da Fenafisco e do Distrito Federal realizar um estudo do Projeto de Lei, a fim de analisar e propor ao Congresso Nacional sugestões de aprimoramento do texto legal.

A votação pela comissão especial que discute o tema na Câmara foi adiada para julho. Até o fechamento desta edição a data ainda não havia sido definida.

Foto: Fenafisco